

“Somos testemunhas da desintegração da catolicidade da Igreja”.



Infovaticana, 25 de fevereiro de 2018.

[].

Tradução. Bruno Braga.

O teólogo Thomas G. Weinandy profere uma conferência na qual lamenta que os quatro traços essenciais da Igreja (Una, Santa, Católica e Apostólica) estão sendo atacados pela atual liderança da Igreja.

O padre Weinandy, de 72 anos, é um teólogo entre os mais conhecidos e estimados. Vive em Washington, no Colégio dos Capuchinhos, ordem franciscana à qual pertence. É membro da Comissão Teológica Internacional que ajuda a Congregação para a Doutrina da Fé, nomeado em 2014 pelo Papa Francisco.

Ensinou nos Estados Unidos em várias Universidades, em Oxford durante doze anos e em Roma, na Pontifícia Universidade

Gregoriana.

Todos se lembram da carta aberta que o padre Thomas G. Weinandy enviou ao Papa Francisco no verão passado: “Um teólogo escreve ao Papa: há caos na Igreja, e o senhor é uma das causas” [1].

Durante nove anos, de 2005 a 2013, foi diretor executivo da Comissão Doutrinal da Conferência Episcopal dos Estados Unidos. E continuou como *advisor* [“conselheiro”] até o dia da publicação de sua carta aberta ao Papa Francisco, quando foi obrigado a renunciar.

Ontem, 24 de fevereiro, sábado, ele proferiu uma conferência em Sydney, promovida pela Universidade de Notre Dame, da Austrália.

Nela, o padre Weinandy descreve e denuncia o atentado de gravidade sem precedentes que algumas teorias e práticas “pastorais” incentivadas pelo Papa Francisco estão realizando contra a Igreja “Una, Santa, Católica e Apostólica”, e em particular contra a Eucaristia, que é “ápice e fonte” da vida da Igreja mesma.

Sandro Magister publicou no seu blog as passagens cruciais da acusação feita pelo padre Weinandy:

O DESAFIO CONTEMPORÂNEO PARA A IGREJA E A EUCARISTIA.

por Thomas G. Weinandy.

É certo que a Igreja pós-Concílio Vaticano II esteve cheia de divisões, com disputas sobre a doutrina, a moral e a liturgia. Estes desacordos ainda continuam. No entanto, em nenhum momento durante os pontificados de João Paulo II e de Bento XVI houve dúvidas sobre o que a Igreja ensina com relação à sua doutrina, moral e prática litúrgica. [...] Este não é o

caso, e em muitas formas significativas, do atual pontificado do Papa Francisco.

Desafio à unidade da Igreja.

Parece às vezes que o Papa Francisco se identifica não com o promotor da unidade, mas com o agente de divisão. Sua filosofia, se é uma filosofia intencional, parece consistir na crença de que um bem unificador maior irá surgir da atual confusão de opiniões divergentes e da confusão das divisões resultantes.

A minha preocupação aqui é que essa aproximação, mesmo que não seja intencional, golpeia a verdadeira essência do ministério petrino tal como o entendeu Jesus e como tem sido continuamente entendido pela Igreja. O sucessor de São Pedro, a causa da verdadeira natureza do ofício, deve ser, literalmente, a personificação pessoal e, por consequência, o sinal consumado da comunhão eclesial da Igreja, sendo assim o principal defensor e promotor da comunhão eclesial da Igreja. [...] Aparentemente, ao fomentar a divisão doutrinal e a discórdia moral no interior da Igreja, o atual pontificado transgrediu a marca fundacional da Igreja: sua unicidade. Mas, como se manifesta essa ofensa contra a unidade da Igreja? Faz-se desestabilizando os outros três atributos Dela.

Desafio para o apostolado da Igreja.

Em primeiro lugar, a natureza apostólica da Igreja está sendo minada. Tal como foi advertido por teólogos e Bispos, e com mais frequência pelos leigos (que possuem o *sensus fidelium*), o ensinamento do atual Pontífice não se destaca pela clareza. [...] Como se vê na *Amoris Laetitia*, conceber novamente e expressar em uma nova forma o anterior e claro ensinamento apostólico e a tradição magisterial em uma forma

aparentemente ambígua, assim como deixar confusão e perplexidade no interior da comunidade eclesial, é contradizer suas próprias tarefas como sucessor de Pedro e ferir a confiança de seus companheiros Bispos, assim como a dos sacerdotes e de todos os fiéis.

Inácio de Antioquia se espantaria com tal situação. Se já é destrutivo para a unidade da Igreja, segundo ele, o ensinamento herético apresentado pelos que estão associados à Igreja somente de forma instável, muito mais devastador é o ensinamento ambíguo quando formulado por um Bispo que tem o encargo divino de assegurar a unidade eclesial. [...]

Ademais, [...] aparentar a aprovação de uma interpretação doutrinal ou moral que viola o que foi o ensinamento apostólico recebido e a tradição magisterial da Igreja – tal como foi definido dogmaticamente pelos Concílios e ensinado doutrinalmente pelos Papas anteriores e pelos Bispos em comunhão com ele, tal como foi aceito e crido pelos fiéis, não pode ser proposto como ensinamento magisterial. [...] Em questões de fé e moral, o ensinamento de um Papa vivo não tem de forma alguma precedência sobre o ensinamento magisterial dos Pontífices anteriores ou sobre a tradição doutrinal magisterial estabelecida. [...] Esse mesmo ensinamento ambíguo do Papa Francisco parece às vezes estar fora do ensinamento magisterial da histórica comunidade eclesial apostólica, e provoca então grande preocupação, pois, isso, como disse antes, promove mais a divisão e a falta de harmonia que a unidade e a paz no interior da única Igreja apostólica. [...]

Desafio para a catolicidade da Igreja.

Em segundo lugar, [...] a universalidade da Igreja se manifesta visivelmente no fato de que todas as igrejas particulares estão mutuamente vinculadas através do Colégio dos Bispos em comunhão com o Papa, mediante a profissão da mesma fé

apostólica e mediante a pregação do único Evangelho universal para toda a humanidade. [...] Este atributo da unidade católica também está atualmente questionado.

A adesão do Papa Francisco ao conceito de sinodalidade tem sido muito promovida: a concessão de mais liberdade autodeterminada às igrejas geográficas locais. [...] Porém, tão visada pelo Papa Francisco e promovida por outros, essa noção de sinodalidade, em vez de garantir a unidade universal da Igreja Católica – uma comunhão eclesial composta por múltiplas igrejas particulares -, é empregada agora para enfraquecer e assim aprovar divisões dentro da Igreja. [...]

Atualmente, somos testemunhas da desintegração da catolicidade da Igreja por igrejas locais, tanto em nível diocesano quanto em nível nacional, que, com frequência, estão interpretando normas doutrinárias e preceitos morais de várias formas conflituosas e contraditórias. [...] O atributo da unidade da Igreja, uma unidade que o Papa está ordenado divinamente a proteger e fomentar, está perdendo sua integridade, porque seus atributos de catolicidade e apostolado caíram em uma desordem doutrinária e moral, uma anarquia teológica que o próprio Papa, talvez inconscientemente, começou ao defender por uma concepção defeituosa de sinodalidade. [...]

Desafio à santidade da Igreja.

Em terceiro lugar, isto nos leva ao quarto atributo da Igreja: sua santidade. Esse atributo está também sendo assediado, especialmente, mas não de maneira surpreendente, com relação à Eucaristia.

Para participar plenamente na Eucaristia de Cristo, [...] é necessário personalizar os quatro atributos da Igreja, porque só assim se está em comunhão plena com a Igreja para receber a Comunhão – o corpo elevado e o sangue de Jesus, a fonte e o ápice da união de alguém com o Pai e o Espírito Santo. [...]

A primeira questão [...] pertence especificamente à santidade. Embora se deva professar a única fé apostólica da Igreja, a fé mesma é insuficiente para receber Cristo na Eucaristia. Apoiando-se no Concílio Vaticano II, João Paulo II afirma que “é preciso perseverar na graça santificante e na caridade, permanecendo na Igreja com o ‘corpo’ e o ‘coração’” (*Ecclesia de Eucharistia*, n. 36). No começo do século II d. C., Inácio de Antioquia expôs o mesmo ponto: que só se pode receber a Comunhão “em estado de graça” (Ad. Eph., n. 20). Por consequência, de acordo com o Catecismo da Igreja Católica e o Concílio de Trento, João Paulo II confirma: “Desejo, por conseguinte, reafirmar que vigora ainda e sempre há-de vigorar na Igreja a norma do Concílio de Trento que concretiza a severa advertência do apóstolo Paulo, ao afirmar que, para uma digna recepção da Eucaristia, ‘se deve fazer antes a confissão dos pecados, quando alguém está consciente de pecado mortal’” (ibid). De acordo com a doutrina tradicional da Igreja, João Paulo II insiste então que o sacramento da Reconciliação é “caminho obrigatório para se abeirar e participar plenamente do sacrifício eucarístico” quando o cristão tem consciência de um pecado grave. Embora ele reconheça que somente a pessoa pode julgar em consciência o seu estado de graça, ele afirma que “em casos de comportamento externo de forma grave, ostensiva e duradoura contrário à norma moral, a Igreja, na sua solicitude pastoral pela boa ordem comunitária e pelo respeito do sacramento, não pode deixar de sentir-se chamada em causa” (ibid.). João Paulo II intensifica sua advertência, citando o Direito Canônico. Onde há “uma manifesta infração moral”, ou seja, segundo o Direito Canônico, quando as pessoas “obstinadamente perseverem em pecado grave manifesto”, não se permite “a admissão à comunhão eucarística” (ibid.).

Aqui percebemos o atual desafio à santidade da Igreja e especificamente à santidade da Eucaristia. A questão de os parceiros católicos e que voltaram a se casar, que participam em ações matrimoniais, poderem receber a Comunhão, gira em torno da verdadeira questão de um “comportamento externo de

forma grave, ostensiva e duradoura contrário à norma moral” e, por consequência, se eles possuem “uma manifesta infração moral” para receber a Comunhão.

O Papa Francisco insiste corretamente que tais casais devem ser acompanhados e então auxiliados para formar apropriadamente as suas consciências. Dado que existem casos matrimoniais extraordinários, nos quais se pode discernir corretamente que um matrimônio anterior foi sacramentalmente inválido, mesmo quando não se pode obter evidência para uma nulidade, é permitido a um casal, então, receber a Comunhão. No entanto, a forma ambígua na qual o Papa Francisco propõe esse acompanhamento pastoral permite que se desenvolva uma situação pastoral em que a prática comum permite rapidamente que quase todos os parceiros divorciados e que voltaram a se casar se julguem livres para receber a Comunhão.

Essa situação pastoral será desenvolvida, porque mandamentos morais negativos, tais como “não cometerás adultério”, já não são reconhecidos mais como normas morais absolutas, que nunca podem ser violadas, mas como ideais morais, como metas que podem ser alcançadas durante um período de tempo ou que nunca podem ser realizadas na vida de alguém. Neste período intermediário indefinido, com a benção da Igreja, as pessoas podem continuar se esforçando com tudo o que são capazes de fazer, viver vidas “santas” e assim receber a Comunhão. Essa prática pastoral tem múltiplas consequências doutrinárias e morais prejudiciais.

Primeiro, permitir que recebam a Comunhão os que estão objetivamente em pecado grave manifesto é um ataque público aberto contra a santidade do que João Paulo II chama “o Santíssimo Sacramento”. O pecado grave, por sua verdadeira natureza, tal como atestam Inácio de Antioquia, o Concílio Vaticano II e João Paulo II, priva a pessoa da santidade, porque o Espírito Santo não habita mais nela, por consequência, torna a pessoa incapaz de receber a Santa Comunhão. Pois, receber a Comunhão nesse estado literalmente

desgraçado, constitui uma mentira, uma vez que ao receber o sacramento se está afirmando que se está em comunhão com Cristo, quando não é o que acontece na realidade.

Do mesmo modo, tal prática é também uma ofensa contra a santidade da Igreja. Sim, a Igreja é formada por santos e pecadores; mas, os que pecam, que são todos, devem ser pecadores arrependidos, especialmente arrependidos do pecado grave, se eles vão participar plenamente na liturgia eucarística e assim receber os santíssimos corpo e sangue de Jesus. Uma pessoa que está em pecado grave pode ainda ser um membro da Igreja, mas, como pecador grave, essa pessoa não participa mais da santidade da Igreja como um dos fiéis santos. Receber a comunhão nesse estado não santo é, novamente, representar uma mentira, porque, nessa recepção, se está tentando testemunhar publicamente que é um membro agraciado e vivente da comunidade eclesial, quando na verdade não o é.

Segundo, e pode ser o mais importante, permitir receber a Comunhão os que persistem em manifesto pecado grave, aparentemente como um ato de misericórdia, é diminuir o mal condenatório do pecado grave e difamar a magnitude e o poder do Espírito Santo. Essa prática pastoral está reconhecendo implicitamente que o pecado continua governando a humanidade, mesmo com a obra redentora de Jesus e sua unção do Espírito Santo sobre todos os que creem e são batizados. Jesus, na realidade, não é Salvador nem Senhor, mas Satanás continua reinando.

Ademais. Aprovar pessoas em pecado grave não é de forma alguma um ato benevolente ou amoroso, pois se está aprovando um estado em que poderiam ser eternamente condenados, ou seja, se estaria ameaçando a sua salvação. Da mesma forma, por sua vez, também se está insultando esses pecadores graves, pois se está sutilmente dizendo a eles que são tão pecadores que nem mesmo o Espírito Santo é suficientemente poderoso para ajudá-los a mudar suas formas pecaminosas e torná-los santos. Em suma, são

podem ser salvos. Na verdade, se está afirmando que a Igreja de Jesus Cristo não é realmente santa e, por isso, é incapaz de santificar verdadeiramente os seus membros.

Por último, o escândalo é a consequência pastoral pública de permitir que pessoas em pecado grave e não arrependidas recebam a Santa Comunhão. Não é simplesmente que os fiéis membros da comunidade eucarística estarão consternados e possivelmente contrariados, porém, mais importante até, eles serão tentados a pensar que também podem pecar gravemente e continuar em boa situação com a Igreja. Por que tentar viver uma vida santa, inclusive uma vida heroica virtuosa, quando a Igreja mesma parece não exigir ou não encorajar esse tipo de vida? Aqui a Igreja se converte em uma paródia de si mesma, e essa farsa não gera mais que desprezo e desdém no mundo, zombaria e cinismo entre os fiéis, ou no máximo, uma esperança contra a esperança entre os pequeninos.

NOTAS.

[1]. Cf. [].